

TRABALHO / Tribunal determina que 90% da categoria esteja em serviço durante a greve marcada para amanhã, entre 6h e 8h, em vários terminais do país

Aeronautas: TST põe limite à greve

» MICHELLE PORTELA

SBGR/YouTube/Reprodução

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou, na última sexta-feira, a manutenção de 90% (noventa por cento) dos aeronautas em serviço durante o período de greve comunicado pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), a partir de amanhã, das 6h às 8h. Em caso de descumprimento, a multa diária aplicada é no valor de R\$ 200 mil.

A greve foi anunciada na última quinta-feira, em assembleia de pilotos e comissários de voo. A categoria se diz frustrada com as negociações da renovação da Convenção Coletiva de Trabalho. De acordo com o comunicado da SNA, a suspensão afetará os aeroportos Congonhas, Guarulhos, Galeão, Santos Dumont, Viracopos, Porto Alegre, Brasília, Confins e Fortaleza.

“Em respeito à sociedade e aos usuários do sistema de transporte aéreo, os aeronautas farão a paralisação somente por duas horas, sendo assim todas as decolagens iniciarão após as 8h. No entanto, todos os voos com órgãos para transplante, enfermos a bordo, e vacinas, não serão paralisados”, informa a nota do SNA.

Os aeronautas reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias, além de ganho real, considerando os altos preços das passagens aéreas que têm gerado crescentes lucros para as empresas, de acordo



Guarulhos é um dos aeroportos que podem ser afetados pela paralisação

com a entidade. Reivindicam ainda, melhorias nas condições de trabalho para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, como a definição dos horários de início de folgas e proibição de alterações nas mesmas, além do cumprimento dos limites já existentes do tempo em solo entre etapas de voos.

Os trabalhadores apontam que chegaram a um impasse com as empresas. “A primeira proposta do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias (SNEA), rejeitada com quase 90% dos votos, atrelava o reajuste salarial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) à pauta de interesse patronal, como a venda voluntária de

folga e a utilização dos dias destinados à ensino a distância para programação de voo”, diz.

Na segunda rodada de negociações, as empresas aceitaram conceder o reajuste com base no INPC em todos os itens econômicos, exceto diárias internacionais, além de assegurarem o serviço de hotelaria quando, na execução de escala, os limites de tempo em solo forem excedidos. Também especificaram regramento para antecipação do Passe Livre e propuseram a utilização de sábados, domingos e feriados para o início do gozo das férias. No entanto, os tripulantes entenderam que essa proposta não atende às

expectativas e pouco versa sobre a pauta da categoria.

Por meio de nota, o sindicato patronal explica que as negociações com a categoria se iniciaram em outubro, e a base da Convenção Coletiva de Trabalho foi assegurada pelo SNEA para garantir os direitos dos colaboradores e a continuidade da prestação dos serviços essenciais de transporte aéreo para a população enquanto durem as negociações. Ressalta-se também que as negociações seguem em curso já no âmbito do TST.

O sindicato patronal avalia que as categorias profissionais podem defender seus interesses por todos os meios legítimos, desde que esgotada a via negocial e observada a legalidade.

Passageiros

Em caso de greve, os passageiros devem observar a Resolução 400 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Entre as regras, está a determinação de que o transportador deverá informar imediatamente ao passageiro pelos meios de comunicação disponíveis sobre atrasos de voos, indicando o horário originalmente contratado, a nova previsão do horário de partida e sobre o cancelamento do voo ou interrupção do serviço. O transportador deverá manter o passageiro informado, no máximo, a cada 30 (trinta) minutos quanto à previsão do novo horário de partida do voo nos casos de atraso.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Cada macaco no seu galho

A percepção de bagunça em Brasília com o fim do mandato de Jair Bolsonaro e do Congresso, e início de outro ciclo de quatro anos dos governantes eleitos, tem razões objetivas e antigas. Sem vencê-las, será difícil romper o retrocesso ao subdesenvolvimento estrutural que nos define.

Os atores principais em cena são Luiz Inácio Lula da Silva e a direção do Congresso, em especial das lideranças políticas agrupadas em torno do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reeleito deputado e candidato a manter o comando da Casa na nova legislatura, a ser instalada em 1º de fevereiro. O que eles disputam é o exercício do poder decisório: com viés parlamentar, conquistado pelo Congresso ao fazer de Bolsonaro cúmplice do orçamento secreto, ou com viés do governo, seguindo a Constituição.

A autorização do Congresso para o novo Executivo dispor de R\$ 145 bilhões acima do teto de despesas da Lei Orçamentária (LOA) de 2023 é essencial para Lula poder contornar o colapso do setor público, o que inclui o Bolsa Família, devido à ganância promovida por Bolsonaro e seus aliados este ano com ações populistas para tentar se reeleger.

Ou a Câmara acompanha o Senado, e amplia o déficit da LOA de 2023, ou Lula apelará a uma medida provisória para que o Tesouro possa emitir um crédito extraordinário da ordem de R\$ 80 bilhões — suficiente para manter o adicional de R\$ 200 do Bolsa Família e alguns outros gastos.

Ambos se frustrarão nesse caso. Lula tomaria posse sem dinheiro para nada mais. Lira, sem os R\$ 19,5 bilhões do orçamento secreto (RP-9 no jargão contábil), cuja constitucionalidade está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ficaria diminuído para se reeleger. A incerteza sobre o que fará a Corte o levou a adiar para terça-feira a votação da PEC da Transição, para ajustar seus valores se preciso, e da LOA em seguida.

Fica evidente que o imbróglio não é de ganância, ao contrário do que dizem os ortodoxos. É da impossibilidade de coexistirem dois chefes de governo, ou três, considerando-se o STF como juiz da harmonia, como manda a Constituição. Ela diz sem rodeios: cada macaco no seu galho.

Protagonismo crescente

A verdade é que nem o Centrão está contra a PEC que repõe um mínimo de racionalidade ao funcionamento do setor público federal, nem o novo governo — sem maioria parlamentar, como todos os eleitos desde o fim da ditadura militar — poderia governar dispensando os votos da velha e próxima base parlamentar do Centrão, pragmático por definição.

Ficou assim: o Congresso aprovou projeto de resolução, na sexta-feira, por amplíssima maioria na Câmara e Senado, regulamentando as RP-9 e lhe dando alguma transparência, na expectativa de que atenda aos reclamos do STF na votação sobre sua constitucionalidade. Clarezza a ponto de explicitar a parte que cabe à direção das duas Casas. Lira teria sob seu controle direto cerca de R\$ 1,4 bilhão de tais emendas.

Se as partes — entre Centrão, novo governo e STF — estiverem de acordo, o jogo continua. Remove-se o primeiro obstáculo, mas não as pressões que modelam o presidencialismo de coalizão no qual o Congresso assume um protagonismo crescente desde a queda de Dilma Rousseff.

Lira e os seus também querem postos no governo Lula. Com Bolsonaro, detiveram até a chefia da Casa Civil, com o senador Ciro Nogueira (PI), do mesmo PP de Lira, chegando a ter a palavra final sobre os dinheiros orçamentários pagos pelo Tesouro Nacional.

Falta centro, não Centrão

A assimetria de poderes entre Congresso e Executivo é uma anomalia que ganha força desde o governo de Michel Temer e exige do STF atuação também excepcional ao ser acionado para dirimir conflitos de jurisdição que não deveriam existir, se a Constituição fosse seguida comme il faut.

Chegamos a tanto pela legislação decrépita dos partidos, estimulados a se fracionar entre dezenas de agremiações, algumas literalmente com dono, devido ao acesso a fundos eleitoral e partidário, além das tais emendas, que são um naco do orçamento federal rateado entre cada um dos parlamentares para custear investimentos em sua zona eleitoral.

A Constituição reconhece apenas as emendas individuais. Aos poucos surgiram as emendas de bancada por estados, as de comissões e, agora, as de relator da lei orçamentária, base do orçamento secreto ou RP-9 (que por ironia significa Resultado Primário, ou saldo entre receitas e despesas do orçamento notoriamente deficitário). É do relator, mas proforma. Os presidentes das Casas legislativas as controlam de fato.

Resumindo: o eleitor elege o presidente da República, cujo poder da caneta vem sendo esvaziado (e com Bolsonaro sua Bic era cenográfica), cabendo-lhe o ônus, além de forçado a ratear o bônus com o Congresso.

Como se resolve tal impasse, já que não é apropriado apelar ao STF a cada conflito? Com uma estrutura partidária que viabilize maiorias eleitorais com poucos partidos com linhas afins. Isso vai demorar.

Juro arromba quartelão

Normais em início de governo, composições políticas se resolvem com muita negociação, no que Lula tira de letra. Muito mais difíceis são os obstáculos colocados pelos agentes que operam os papéis de dívida pública, apelidados de “fariálimers”. Aí o gogó funciona somente se o contador de “causos” for da confiança da turma, hoje bem mais arisca do que ele conheceu em seus dois governos anteriores. O que mudou?

Para começar, o Banco Central ganhou independência formal, embora continue submetido às diretrizes do Conselho Monetário Nacional. Os usos e costume do chamado “mercado” também foram alargados com Paulo Guedes, ele mesmo um trade, no Ministério da Economia. E enfim, para sermos breves, Lula vai assumir com a economia já sob o peso da taxa Selic de 13,75% ao ano — 7% a 8% real, juro arromba quartelão para qualquer programa de revitalização da indústria e do investimento.

Lula não escolheu a via mais fácil para desfazer o azedume dos fariálimers nem é recomendável dobrar a aposta. Com a boa-vontade do BC e um plano que acomode os gastos acima do teto em 2023 dentro das programações monetária e fiscal, poderá aquietar os mercados e ganhar tempo tal como negocia com o Congresso. E vai ajustando aos poucos...



CORREIO TALKS
LIVE

A FORÇA DO EMPREENDEDORISMO NO DISTRITO FEDERAL

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com o Correio Braziliense, irá abordar a força do empreendedorismo no Distrito Federal. O tema, considerado de grande relevância para a economia local, será aprofundado no CB Talks.

AMANHÃ
19 DE DEZEMBRO
15H

TRANSMISSÃO AO VIVO nas redes sociais e no site correio braziliense.com.br





Valdir Oliveira
Superintendente do Sebrae/DF



André Whebe
Consultor do Sebrae/DF



Jony Rebouças
Empreendedor



Mediação:
Samanta Sallum
Colunista do Correio Braziliense